



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 697/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1484/2015 (02 Vols).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sra. Ana Maria Belota de Oliveira, Diretora-Geral do Hospital.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM– Relatório Conclusivo nº 43/2015 (fls. 204/216).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1592/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 218/219v)
- 8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha. Exercício 2014.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Inscrição do débito na dívida ativa Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas do Hospital Geraldo da Rocha, exercício de 2014, sob a responsabilidade da Sra. Ana Maria Belota de Oliveira, Diretora e Ordenadora de despesas, nos termos do art. 22, III, alínea “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;

9.2- Multar a Sra. Ana Maria Belota de Oliveira, Diretora e Ordenadora de despesas do Hospital Geraldo da Rocha no valor de no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), referente a 20% do valor previsto no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2000-RITCE/AM, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 6 e 7 do Relatório/Voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que a Sra. Ana Maria Belota de Oliveira, Diretora e Ordenadora de despesas do Hospital Geraldo da Rocha, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.4- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

9.5- Recomendar à Origem que:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 697/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.5.1- Nos exercícios vindouros seja adotado um melhor planejamento de suas ações, para que fatos como estes não voltem a acontecer, evitando a fragmentação de despesas;

9.5.2- Observe com maior rigor os ditames da Lei nº 8.666/93, principalmente no que diz respeito ao artigo 24 e seus incisos;

9.5.3- Implante o serviço de Controle Interno em prazo razoável, podendo ser penalizada caso esta impropriedade persista;

9.5.4- Sane em tempo hábil (exercício financeiro vigente) as pendências financeiras, evitando assim a reincidência nessa questão.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral